

O QUARTO AO LADO

A disputa pela formação
das crianças na sociedade
de plataformas

RICARDO PESSETTI



EDITORA
BARACOA

**O
QUARTO
AO LADO**

Copyright © 2026 por Ricardo Pessetti
Todos os direitos desta edição
são reservados à Editora Baracoa

Gerente Editorial

Angelo de Almeida Lopes

Assistente Editorial

Maria Célia O. Coutinho

Capa

Angelo de Almeida Lopes

Projeto Gráfico e Diagramação

Karina Groschitz Guimarães

Revisão

Maria Célia O. Coutinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Pessetti, Ricardo

O quarto ao lado : a disputa pela formação das
crianças na sociedade de plataformas / Ricardo
Pessetti. -- São Paulo : Editora Baracoa, 2026.

ISBN 978-65-992148-3-7

1. Crianças e adolescentes - Proteção
2. Educação digital 3. Internet - Medidas de
segurança 4. Plataforma digital 5. Políticas
públicas 6. Relacionamento familiar 7. Riscos -
Prevenção I. Título.

26-383107.0

CDD-370.15

Índices para catálogo sistemático:

1. Internet : Pais e filhos : Educação 370.15

O QUARTO AO LADO

RICARDO PESSETTI



*Os filhos não saem mais de casa.
O perigo também não precisa entrar.
Nem toda porta fechada guarda uma criança
segura.*

*Ao meu filho Joaquim, meu motivo.
À minha companheira Ana, minha motivação.*

SOBRE O AUTOR

Ricardo Pessetti é jornalista e analista político e de conjuntura. Há mais de dez anos atua no cruzamento entre comunicação pública, movimentos sociais, instituições e projetos de interesse público. Seu trabalho reúne apuração, análise documental e leitura de contexto para organizar informações dispersas, confrontar versões e tornar compreensíveis conflitos que chegam ao público em fragmentos.

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pessetti construiu uma trajetória entre apuração, análise, escrita, edição, audiovisual, design editorial e estratégia de comunicação. Atuou em campanhas, relatórios, materiais formativos, leituras de cenário e processos de formulação narrativa para instituições e figuras públicas. Seu perfil se formou menos pela especialização estreita e mais pela necessidade de atravessar assuntos difíceis com método: ler o contexto, separar fato de encenação, organizar o conflito, dar forma pública ao que parecia disperso.

Em *O quarto ao lado*, esse método é levado para um terreno que também o atravessa como pai. A pergunta que move o livro não nasceu apenas de relatórios, operações policiais ou debates legislativos. Nasceu também da cena simples de uma criança perto demais para parecer em risco e longe demais para que os adultos saibam tudo o que está acontecendo. O livro combina reportagem, análise documental, leitura política e escrita narrativa para investigar o território que se abriu entre a criança, o aparelho e os adultos que acreditavam conhecer os limites da casa.

O poder de formar crianças foi redistribuído.
A responsabilidade de protegê-las, não.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
A PORTA QUE NÃO PROTEGIA MAIS	11
CAPÍTULO 1	
O CELULAR É UM CÔMODO DA CASA	18
CAPÍTULO 2	
A SAÍDA ESCONDIDA	26
CAPÍTULO 3	
QUANDO BRINCADEIRA É TRABALHO	32
CAPÍTULO 4	
A INFÂNCIA NO FIGURINO DOS ADULTOS	40
CAPÍTULO 5	
O PREÇO DO QUARTO FECHADO	46
CAPÍTULO 6	
O AMIGO QUE CHEGA ANTES DA FAMÍLIA	54
CAPÍTULO 7	
O GRUPO ENTRA POR DENTRO	62
CAPÍTULO 8	
QUEM DÁ NOME À DOR	68
CAPÍTULO 9	
A IMAGEM QUE COMANDA	76

CAPÍTULO 10	
MANDA PARA EU VER	82
CAPÍTULO 11	
O JOVEM AUTOR	88
CAPÍTULO 12	
O NOVO DIALETO	96
CAPÍTULO 13	
DEPOIS DA PROMESSA	102
CAPÍTULO 14	
QUANDO A TELA CHEGA AO CORREDOR	108
CAPÍTULO 15	
O FUNIL DA FRIEZA	116
CAPÍTULO 16	
OS SINAIS NÃO GRITAM	122
CAPÍTULO 17	
A DOR VENDIDA COMO DOMÍNIO	130
CAPÍTULO 18	
A POLÍTICA DO MEDO	136
CAPÍTULO 19	
PROTEGER SEM VIGIAR TUDO	144
EPÍLOGO	
A CRIANÇA REAL	156
APÊNDICE	162



INTRODUÇÃO

A PORTA QUE NÃO PROTEGIA MAIS

*Quem sabe onde o corpo está ainda pode ignorar
onde a vida acontece.*

O nome da operação cabia em uma palavra curta: Discórdia.

Em janeiro de 2024, a Polícia Federal apreendeu dois adolescentes durante uma investigação sobre crimes de abuso sexual infantojuvenil praticados por meio de um aplicativo de mensagens. A nota pública informava o cumprimento de mandados em cinco estados, o envio de aparelhos eletrônicos à perícia e a existência de vítimas ainda não identificadas. Um dos adolescentes era apontado como suspeito de liderar o grupo.

A linguagem era contida, como costuma ocorrer quando uma investigação ainda está em curso e o Estado precisa falar antes da conclusão da perícia, do contraditório e da sentença. A nota não descrevia o interior de nenhuma casa. Ainda assim, o caso revelava o contraste entre a aparência da rotina doméstica e aquilo que pode acontecer dentro de um aparelho.

Uma criança está no quarto. A porta permanece encostada. A cama está desfeita, a mochila perto da parede, o carregador esticado até a tomada. A luz do celular ilumina o rosto de alguém que promete dormir depois de mais cinco minutos. O adulto passa pelo corredor, reconhece a paisagem e segue adiante. Talvez reclame do horário, peça que a tela seja apagada ou não fale nada para evitar outra discussão no fim do dia.

Nada naquela cena parece exigir uma perícia. Nada anuncia um mandado judicial.

A criança responde quando é chamada, levanta-se para beber água, pede mais tempo. Seu corpo está no lugar esperado, dentro de casa, cercado pelos ruídos conhecidos da família. Parte da proteção adulta ainda se apoia nesses sinais antigos: a porta, o quarto, o horário, a presença física. Mas uma relação pode avançar pelo aparelho enquanto tudo, visto do corredor, conserva a aparência da rotina.

Durante muito tempo, o medo adulto se organizou em distâncias visíveis. A rua tinha esquina. A escola tinha portão. A casa do amigo tinha endereço. Para se aproximar, alguém precisava atravessar o quintal, aparecer na calçada, ocupar um lugar reconhecível no mundo.

Essa geografia nunca foi inocente. Antes da internet, a violência já existia em casas respeitadas, salas de aula, instituições religiosas, vizinhanças silenciosas e almoços de família nos quais uma criança aprendia cedo a evitar certos adultos. A crueldade não nasceu com a rede. O que mudou foi a maneira como ela consegue alcançar uma criança.

A correspondência entre distância e proteção se rompeu. A criança continua no quarto, mas parte de sua vida circula por

espaços cujas entradas, regras e presenças não coincidem com as paredes da casa. O adulto sabe onde o corpo está. Isso já não basta para saber quem consegue alcançá-la.

A aproximação pode ocorrer depois do jantar, quando a família já não tem energia para outra conversa, ou durante a madrugada, quando a tela é o último ponto de luz aceso. Quem está do outro lado não precisa aparecer no portão, bater à janela ou atravessar a rua. Precisa apenas encontrar o momento em que a criança está disponível e sozinha.

Pode ser um adulto escondido atrás de uma identidade falsa, outro adolescente ou alguém ligado a uma comunidade fechada, com linguagem, práticas e regras próprias. Para quem observa do corredor, a cena termina quando a porta se fecha. Para a criança, ela pode continuar noite adentro.

O aparelho permanece doméstico. Cai no vão do sofá, esquenta no carregador, desaparece debaixo do travesseiro, esconde-se no bolso da mochila. A família conhece sua superfície e seu formato, mas muitas vezes não vê as relações que avançam dentro dele.

Uma mensagem recebida à noite pode dominar o pensamento da criança no café da manhã. Uma ameaça enviada por um perfil anônimo pode alterar a forma como ela responde à mãe, evita o olhar do pai, senta-se à mesa ou fecha a porta do quarto. A violência não precisa mudar os móveis de lugar para reorganizar a casa.

A Operação Discórdia também trazia uma informação incômoda: havia adolescentes entre os investigados. Isso não reduz a gravidade dos atos apurados nem transforma violência em brincadeira. Apenas impede a explicação confortável que coloca, de

um lado, um adulto predador e, do outro, uma criança inteiramente alheia à violência. Na infância conectada, os papéis podem se embaralhar antes que os adultos consigam compreendê-los.

A porta continua ali. Ainda guarda sono, bagunça, intimidade, mau humor e os primeiros ensaios de autonomia. Nenhuma criança cresce bem sob inspeção permanente. Mas a porta perdeu parte de sua antiga autoridade. Já não garante que o mundo permaneceu do lado de fora.

Uma criança pode estar a poucos metros dos pais e atravessar sozinha uma situação ameaçadora sem que ninguém ao redor consiga intervir de imediato. A mudança não está apenas na distância do perigo, mas em quem passou a participar da vida infantil sem compartilhar o mesmo espaço físico.

Durante muito tempo, família, escola, amizades, comunidade e religião ocuparam posições reconhecíveis na formação de uma criança. Nunca estiveram sozinhas nem garantiram uma infância segura. A violência também podia estar dentro de casa, da escola, da igreja ou da vizinhança. Ainda assim, era possível identificar, ao menos em parte, quem ensinava, corrigia, constrangia, acolhia e oferecia referências para interpretar o mundo.

Essas instituições continuam presentes. O que mudou foi a quantidade de atores capazes de alcançar uma criança sem estar diante dela. Plataformas, sistemas de recomendação, influenciadores, mercados, comunidades digitais, movimentos políticos e pessoas escondidas atrás de identidades falsas passaram a disputar sua atenção, seus vínculos, seus desejos e suas formas de pertencimento.

Essa é a condição da infância em disputa.

A expressão diz mais do que infância digital ou infância

conectada. A conexão descreve uma condição técnica: a presença de aparelhos, redes e serviços na vida infantil. A disputa descreve uma relação de poder. Pergunta quem consegue participar da formação da criança, por quais mecanismos, com quais interesses e sob que obrigação de responder pelas consequências.

O que está em jogo não é apenas o tempo de atenção. Disputam-se os critérios pelos quais a criança aprende a reconhecer a confiança, compreender o próprio corpo, atribuir valor a si mesma, nomear o sofrimento, escolher a que pertencer e perceber quando uma situação ultrapassou os limites mínimos da dignidade.

Formar, nesse sentido, não significa apenas transmitir deliberadamente uma doutrina. Significa participar da produção das referências com que alguém compreende a si, aos outros e ao mundo.

Essa disputa não elimina o protagonismo infantil. Crianças e adolescentes não são matéria passiva sobre a qual adultos e máquinas descrevem livremente. Crianças e adolescentes escolhem, recusam, transformam, ocultam, negociam, criam e mudam de ideia. Sua capacidade de agir, porém, não existe fora das relações e das estruturas.

Ela é exercida em ambientes desenhados antes de sua entrada e diante de atores com poderes muito diferentes para observar, recomendar, recompensar, punir e prolongar sua permanência. A infância em disputa nasce dessa pluralidade de participantes, da desigualdade entre eles e dos interesses que orientam sua presença.

O problema não é apenas que mais pessoas e instituições consigam alcançar uma criança. É que consigam participar daquilo que ela se torna sem precisar permanecer quando alguma coisa dá errado.

A responsabilidade pela proteção não acompanhou essa redistribuição de poder. A família vê uma parte. A escola encontra outra. A plataforma controla o ambiente, mas costuma apresentar-se como simples intermediária. O Estado chega depois, guiado por rastros. Muitos passaram a participar da formação infantil sem assumir, na mesma medida, a obrigação de proteger.

A Operação Discórdia não resume essa transformação. Apenas abre uma fresta. Por ela aparece uma infância que continua acontecendo dentro de casa, mas já não é formada somente pelas relações que os adultos próximos conseguem reconhecer e definir.

A porta permanece intacta. O quarto também. O que se rompeu foi a confiança de que saber onde uma criança está basta para saber quem participa daquilo que ela está se tornando.

Esse descompasso pode ser chamado de assimetria formativa. Ele surge quando alguém possui capacidade concreta de organizar a atenção, os vínculos, os desejos, a linguagem ou a interpretação de mundo de uma criança, mas não assume responsabilidade proporcional por prevenir riscos, interromper danos e responder pelos efeitos produzidos.

Isso não significa que todo agente capaz de influenciar uma criança seja responsável por tudo o que lhe acontece. Significa que poder e responsabilidade não podem ser separados. Quanto maior a capacidade de desenhar o ambiente, orientar escolhas, distribuir reconhecimento, prolongar a permanência ou alcançar uma criança sem testemunhas, maior deve ser a obrigação de reduzir riscos previsíveis e oferecer resposta quando algo sai do normal.

A saída não está em devolver aos adultos um controle que nunca foi completo e que agora se tornou tecnicamente impossível.

Está em reconstruir as responsabilidades de todos os que participam da formação infantil.

Para a criança, essa reconstrução precisa assumir uma forma concreta: poder pedir ajuda, interromper uma relação incômoda, violenta ou perigosa e encontrar alguém que não desapareça depois de ouvi-la.



CAPÍTULO 1

O CELULAR É UM CÔMODO DA CASA

*Estar em casa já não diz
com quem se está.*

Participar da formação não significa determinar uma conduta. Nenhuma plataforma, família, comunidade ou influenciador controla inteiramente aquilo que uma criança se tornará. O poder está em interferir nas referências com que ela interpreta experiências, reconhece limites, estabelece vínculos e imagina formas de agir — muitas vezes sem transparência nem responsabilidade proporcional.

Na Operação Carcará 16, deflagrada pela Polícia Federal em fevereiro de 2025, o investigado não precisou atravessar a porta da casa da vítima. Segundo a investigação, ele se passava por adolescente nas redes sociais e conquistou a confiança de uma criança do Piauí. Depois da aproximação, teria ameaçado a vítima e seus familiares, inclusive por meio de números internacionais.

A nota policial falava em perfil falso, perícia, investigação e crimes praticados pela internet. Era o vocabulário dos mandados, dos aparelhos apreendidos e dos vestígios digitais ainda por examinar. Mas a condição que tornava aquela aproximação possível cabia dentro de uma casa comum.

O celular já estava lá.

Ninguém entrega um aparelho a uma criança imaginando que abriu uma passagem para dentro da própria casa. O celular chega por razões aceitáveis, às vezes inevitáveis: avisar que a aula terminou, falar com um pai que mora longe, receber tarefas escolares,

atravessar o tédio de uma sala de espera ou ocupar a criança enquanto os adultos terminam o jantar e os afazeres do dia.

Ele entra pequeno, discreto, familiar. Fica sobre a mesa da cozinha, entre as almofadas do sofá, em cima da escrivaninha ou ao lado da cama. A casa se acostuma primeiro com sua presença física. Só mais tarde percebe que, junto com o aparelho, chegaram relações que não podia prever.

O adulto acredita controlar o celular porque o objeto obedece à mão. Pode pedir, tomar, desligar ou guardar numa gaveta. A bateria acaba, o carregador desaparece, a capinha se desgasta. Tudo nele conserva uma aparência material e doméstica. A família enxerga o vidro retangular. O que nem sempre enxerga é que alguém pode transformar esse objeto em uma presença cotidiana.

A televisão também tinha tela. Durante muito tempo, os adultos pensaram a mídia a partir de uma relação relativamente simples: alguém transmitia, alguém assistia. Havia propaganda, influência, excesso e disputa moral, mas a criança permanecia diante de algo que não lhe respondia da mesma forma.

O celular alterou essa posição. A criança não apenas vê. Ela responde, publica, aceita convites, circula entre ambientes e participa de relações que a casa não acompanha. Pode bloquear uma pessoa, apagar uma conversa, retomá-la em outro aplicativo ou construir vínculos que nunca passam pelo olhar de quem está no mesmo cômodo.

Essa transformação não teve uma data de estreia. Ocorreu em pequenas transições. Primeiro, a criança pediu mais alguns minutos na tela. Depois, levou o aparelho para o quarto. Em algum momento, uma notificação aparentemente igual às demais passou a produzir uma reação que os adultos não sabiam interpretar.

Uma tela virada para baixo. Um sorriso interrompido por uma mensagem. Uma irritação que chega antes da primeira pergunta no café da manhã.

Nenhum desses gestos prova que exista violência. Eles podem pertencer ao crescimento, à vergonha, à reserva ou ao desejo legítimo de manter uma parte da vida longe do olhar adulto. Também podem indicar que alguma relação começou a pesar. O problema é que, vistos de fora, os sinais se parecem.

O relógio ajuda pouco.

Ele registra horas de uso, não a qualidade das presenças que ocuparam esse tempo. Uma criança pode passar a tarde assistindo a vídeos banais e terminar apenas cansada. Pode também permanecer poucos minutos em uma conversa privada e sair dela carregando um segredo, uma ameaça ou uma obrigação.

O adulto consulta o limite combinado e imagina que ainda administra a situação. O aparelho foi usado dentro do horário. O efeito da conversa, porém, não obedece ao relógio.

A TIC Kids Online Brasil 2024 registrou que 81% dos usuários de internet entre 9 e 17 anos disseram possuir celular próprio. O dado não precisa ser dramatizado. Sua força está na normalidade. Em grande parte das casas brasileiras, o celular já participa da rotina afetiva da infância. Está na mochila, no quarto, no trajeto, no descanso, nas tarefas escolares e nas negociações diárias entre confiança e limite.

Deixou de ser um objeto ocasional. Tornou-se uma das estruturas da vida social, escolar e emocional de crianças e adolescentes.

**O RELÓGIO REGISTRA
HORAS DE USO, NÃO
A QUALIDADE DAS
PRESENCAS QUE
OCUPARAM ESSE TEMPO.**

Isso não significa que todas as relações construídas por meio dele sejam empobrecidas ou ameaçadoras. Uma adolescente pode atravessar a noite trocando desenhos com pessoas que nunca encontrou presencialmente, aprender uma técnica e receber comentários de quem leva seu trabalho a sério. Um menino pode conversar por vídeo com os parentes que moram em outra cidade. Uma criança com uma condição rara pode encontrar famílias que reconhecem dificuldades semelhantes.

Essas experiências não são versões menores da vida real. Fazem parte dela. Por isso, qualquer proposta de proteção que trate o ambiente digital apenas como ameaça começa por falsear o mundo em que as crianças vivem.

Chamar o celular de cômodo doméstico não significa separá-lo do espaço físico. Significa reconhecer que, dentro dele, a criança encontra pessoas, regras, convites, recompensas, conflitos e formas de circulação cujos efeitos permanecem depois que a tela se apaga.

Como qualquer ambiente, ele organiza encontros. A diferença é que esse cômodo não foi construído pela família, não permanece em um endereço e não obedece apenas às regras da casa.

Horários, senhas e ferramentas de controle parental podem reduzir riscos, mas não traduzem a vida social que se forma atrás do vidro. Um adulto pode conhecer a senha do aparelho e ainda não compreender por que determinada notificação alterou o humor do filho. Pode dominar as configurações e não perceber que tipo de vínculo está sendo construído.

A desigualdade se torna mais visível quando a proteção exige tempo, dinheiro e repertório técnico. Em algumas casas, um

adulto pesquisa configurações, compara aplicativos, acompanha atualizações e substitui o aparelho quando necessário. Em outras, o mesmo celular atende ao trabalho, ao banco, às tarefas escolares e ao lazer de vários moradores.

A criança usa o aparelho enquanto alguém prepara a comida, volta para casa no transporte público ou tenta fechar as contas do mês. Recomendações baseadas em acompanhamento constante costumam ser escritas longe dessas rotinas. Quando a segurança depende de tempo livre, dinheiro e conhecimento técnico, ela reproduz as desigualdades da própria sociedade.

Mesmo nas famílias presentes e informadas, a tensão não desaparece. Crianças e adolescentes precisam de alguma reserva para crescer. Precisam testar gostos, formar vínculos, guardar pequenas vergonhas e experimentar modos de falar que não passem imediatamente pelo julgamento adulto.

Uma casa que exige transparência total pode confundir cuidado com posse. Alguma intimidade é necessária ao crescimento. O perigo começa quando outra pessoa ocupa essa reserva, converte intimidade em segredo obrigatório e convence a criança de que contar produzirá um castigo maior do que permanecer em silêncio.

O celular também alterou o tempo das relações. A rua terminava quando a criança voltava para casa. O recreio terminava com o sinal. Uma briga podia perder força depois de uma noite sem contato.

Agora, a conversa continua na mesa de cabeceira. A cobrança acompanha o banho. O corpo se deita, mas algumas relações continuam exigindo resposta. Quando há violência, ela pode desaparecer da tela e permanecer inteira na cabeça de quem a recebeu.

Saber usar nunca significou saber se proteger.

Na Operação Carcará 16, o aparelho usado para falar com familiares e participar da vida cotidiana também teria sustentado a presença de alguém que se apresentava como adolescente. A casa via o celular sobre a mesa, carregando, recebendo mensagens, obedecendo ao toque. A investigação encontrou outra coisa: uma relação que não permanecia dentro da tela. O celular era um objeto da casa. O ambiente aberto por ele já participava da formação da criança.



Rua Dr. Albuquerque Lins, 503 - Conjunto 63
Santa Cecília - São Paulo - SP
www.baracoa.com.br
e-mail: atendimento@baracoa.com.br

O quarto ao lado é uma obra de não ficção sobre a formação de crianças e adolescentes na sociedade de plataformas.

A partir de uma abordagem crítica, informativa e socialmente comprometida, o livro analisa como celulares, redes sociais, algoritmos, jogos, vídeos, aplicativos e ambientes digitais passaram a atravessar a vida doméstica, escolar e comunitária.

A obra discute os impactos da conectividade permanente sobre a infância, observando a disputa pela atenção, os riscos digitais, a exposição precoce, a mediação das famílias, o papel da escola, a responsabilidade das plataformas, a atuação do Estado e a necessidade de políticas públicas de proteção.

Sem tratar a tecnologia como inimiga, o livro propõe uma reflexão sobre os limites entre autonomia, cuidado, vigilância, pertencimento e captura. Ao mostrar que o “quarto ao lado” pode estar dentro do próprio celular, Ricardo Pessetti convida o leitor a pensar a infância conectada como uma questão coletiva, educativa e social.

ISBN: 978-65-992148-3-7



EDITORA
BARACOA